



Catalunha. A Caixa de Pandora de Espanha

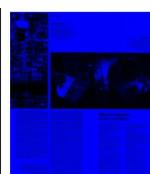
Mesmo que os catalães não consigam um referendo, a unidade de Espanha está em causa

FRANCISCO CASTELO BRANCO
francisco.branco@ionline.pt

Quando se soube que Barcelona e Athletic Bilbao se iriam defrontar na final da Taça de Espanha do ano passado, já se previa que o desafio era mais do que um embate entre duas equipas que queriam vencer a mítica competição desportiva. Os acontecimentos extrafutebol foram uma repetição do que sucedera em 2009, quando os adeptos catalães e bascos se uniram para uma assobiadela ensurdecedora ao hino espanhol, tendo além disso insultado o rei de Espanha. Os incidentes foram, na altura, tão graves que a TVE interrompeu a emissão do jogo, tendo passado o hino com imagens editadas ao intervalo. Três anos depois, os nacionalistas catalães e bascos aproveitaram mais uma oportunidade para protestar, no entanto em 2012 o palco da final era especial. Em Madrid, no mítico Vicente Calderón, os adeptos dos dois conjuntos voltaram a reivindicar a independência, causando de novo desconforto à família real espanhola. O jogo esteve para ser jogado à porta fechada ou nem sequer ser disputado. Temiam-se confrontos entre os adeptos, ou melhor, entre cidadãos. Alguns movimentos independentistas pediram que o hino nacional de Espanha fosse assobiado por todos. O slogan do movimento "Catalunya Acció"

não podia ser mais esclarecedor: "Assobia com a língua, assobia pela liberdade, assobia pelas eleições, assobia contra o roubo e assobia pelo novo Estado catalão." No momento em que o hino se ouviu no Estádio Vicente Calderón, e com o príncipe Filipe na tribuna real, os nacionalistas fizeram ouvir alto e bom som o seu protesto. Embora o Código Penal proíba este tipo de manifestações, ninguém se sentiu impedido de, naquele momento, mostrar o seu nacionalismo em plena capital.

Os episódios relatados confirmam o desejo de mudança por parte de bascos e catalães. Por tudo isto, não é de admirar que em 2014 o desafio ao poder de Madrid saia dos estádios, perspectivando-se a realização de um referendo sobre a independência da Catalunha. Nos últimos dois anos, a população catalã vem reclamando o direito a pronunciar-se relativamente à sua autonomia. As manifestações no dia da independência, conhecido como Diada, dos últimos dois anos revelam o estado de espírito dos catalães. Artur Mas, o líder da Generalitat (governo regional) tem sido o rosto principal de um movimento que exige um referendo. Depois será a vontade popular que determinará o futuro da região, mas por agora o mais importante, segundo os nacionalistas catalães, é que as pessoas possam decidir que caminho querem escolher. No entanto, o governo de Madrid



Conflito

INDEPENDÊNCIA

No dia 29 de Junho de 2013, milhares de pessoas assistiram ao concerto da Liberdade. Em Camp Nou, muitos artistas manifestaram o desejo de independência em relação a Espanha

GUSTAU NACARINO/REUTERS



RADICALISMO

Manifestante catalão rasga a bandeira de Espanha, de França e da União Europeia durante o Dia da, no dia 11 de Setembro de 2013

ALBERT GEAR/REUTERS



não aceita a realização dessa consulta porque a Constituição espanhola estabelece que a Espanha é uma e indivisível, por isso não pode haver qualquer processo que possa conduzir à independência. O que separa Madrid de Barcelona é a realização do referendo e não tanto a questão da autonomia. É um facto que na Catalunha, como nas restantes regiões de Espanha, existe um nacionalismo exacerbado, bem como um sentimento político contra o governo central. Para as populações da Catalunha, do País Basco, da Galiza ou mesmo da Andaluzia, o território de Espanha resume-se a Madrid e pouco mais, sendo o resto nações sem Estado com língua nacional e uma cultura própria, além de outros indicadores essenciais que estabelecem a diferença entre as diversas regiões. Não é só por nacionalismo que os catalães pretendem a autonomia. Há uma série de factores que estão por detrás da pressão exercida pelos responsáveis políticos que depois é transportada para a população. A principal razão dos protestos está relacionada com a ques-

tão financeira. Madrid quer receber os impostos dos contribuintes catalães, que no entanto não estão dispostos a continuar a ajudar o governo central, ainda por cima no actual cenário de crise que Espanha vive. Além do mais, a Catalunha tem sido discriminada em diversas situações, nomeadamente nos tratados internacionais que proibem a utilização do aeroporto de Barcelona por aviões provenientes do México, de Miami, Banguecoque e Kuala Lumpur. Um ponto importante tem a ver com não existir ligação ferroviária com a Europa, seja através de um porto, seja por TGV. Contudo, o principal argumento para requerer a autonomia é o factor económico. No entanto, não é certo que com a desagregação de Espanha a Catalunha manteria o crescimento que tem vindo a ter nos últimos anos, contrastando com a crise que se vive no resto do país. Para a revista "The Economist", a receita fiscal seria maior, no entanto a dívida também aumentaria caso não fizesse parte do restante território. No mesmo sentido aponta Mikel Buesa, professor catedrático da Universidade Complutense de Madrid, que diz que o PIB catalão cairia 23% a 50%, até porque actualmente 50% das exportações catalãs se dirigem a outras regiões de Espanha, e com a autonomia não haveria oportunidades para a Catalunha continuar a crescer economicamente à custa de regiões que fazem

continua na pagina seguinte >>

Breve história e um conflito

O nacionalismo catalão sempre foi muito forte do ponto de vista ideológico, já que defendeu a Catalunha como nação e como consequência disso promove a autodeterminação da região de forma bem vinculada. Desde sempre a Catalunha se quis separar da Espanha. A partir de 1137 os condes de Barcelona são também reis de Aragão, por união dinástica. Foi a partir de 1516 que as regiões de Catalunha, de Aragão e Castela tiveram o mesmo rei, tendo mais tarde as duas primeiras regiões sido anexadas ao reino de Castela. A partir desse momento o rei representou a soberania de um estado em todo o território. No entanto, a região continuou com uma autonomia

constitucional importante, já que manteve a sua política fiscal, económica e monetária. Entre 1640 e 1652, a Catalunha lutou pela independência na famosa Guerra da Separação contra Espanha. A ajuda francesa na guerra foi determinante, para que nas negociações de paz que o rei estabeleceu em 1659 no Tratado dos Pirenéus cedesse o Norte da Catalunha como parte integrante do território francês. Quem aproveitou este conflito foram os portugueses, que conseguiram por fim separar-se de Espanha. Em consequência da guerra da separação, a Catalunha ficou obrigada a submeter-se às leis de Espanha após ter assinado o Tratado de Utrecht.

É um facto que na Catalunha, como nas restantes regiões, existe um nacionalismo exacerbado



BILBAO

O slogan na parede e nas janelas do Banco de Bilbao, situado na Gran Via, a exigir a independência, foi pintado durante uma greve geral convocados pelos sindicatos nacionalistas bascos

VINCENT WEST/REUTERS

GOVERNO

As relações entre Mariano Rajoy, presidente do governo espanhol, e o líder da Generalitat, Artur Mas, estão tensas. Nenhuma das partes quer abdicar das suas reivindicações

SUSANA VERA/REUTERS

FUTEBOL

Milhares de catalães e bascos assobiaram o rei e o hino espanhol no final da taça do Rei, no estádio Mestalla, em Valência, em 2009

HEINO KALIS/REUTERS



>> continuação da página anterior

parte do território nacional. A saída da Catalunha de Espanha teria como consequência a expulsão da Europa, logo a região poderia não continuar no euro, o que em termos económicos era bastante problemático. Ou seja, com a independência, a Catalunha deixaria de ser a região mais rica de Espanha para se tornar uma região mais pobre que a média actual. A independência catalã custaria 7800 euros a cada catalão e 5 mil a cada cidadão espanhol. Perante esta análise, podemos concluir que não haveria vantagens para a Catalunha em termos económicos, já que seriam maiores as perdas que propriamente os benefícios fiscais. Preservar em território catalão as contribuições fiscais não chega para manter a economia da região no topo.

CONSTITUIÇÃO/ EUROPA Apesar das fortes pressões da Generalitat e do povo, a independência catalã não deverá ser uma realidade, já que esbarra na Constituição espanhola bem como nos tratados internacionais. A Constituição espanhola é fundamentada na unidade da nação espanhola, na pátria comum e indivisível de todos os espanhóis. O artigo 2.º, estabelecido por pressão dos militares durante a transição da ditadura para a democracia, não permite que o território espanhol se desagregue, pro-

curando manter a unidade de Espanha. Para Juan Carlos Gavara, catedrático de Direito Constitucional da Universidade Autónoma de Barcelona, não há dúvida nenhuma de que a declaração unilateral de independência da Catalunha seria "inconstitucional e ilegal" de todos os pontos de vista. A Constituição espanhola não admite que nenhuma comunidade autónoma se transforme num estado federal. No número 1 do artigo 145.º, a lei fundamental proíbe qualquer região de se tornar independente. No entanto, a Constituição é flexível relativamente aos poderes atribuídos a cada região autónoma e há várias matérias que são da exclusiva competência regional. Só o Estado tem competência para legislar, nos termos do número 1 do artigo 149.º Há outras matérias que são da responsabilidade política do governo central. Em todo o caso, o direito estatal estará sempre acima do direito das comunidades autónomas, nos termos do número 3 do mesmo artigo. A tentativa de desintegração territorial e política por parte dos defensores da autonomia catalã é inconstitucional. Em relação à União Europeia não haveria qualquer problema legal, caso a Catalunha decida a independência e posteriormente tornar-se membro da UE. O advogado especialista em direito europeu Gonçalo Anastácio defende que

"o Tratado de Lisboa não prevê o que aconteceria caso a Catalunha se tornasse independente. O tratado apenas prevê que um estado-membro possa decidir retirar-se da União". Para o advogado, "a Catalunha terá de se sujeitar ao processo de adesão, não podendo herdar a posição de estado-membro de Espanha". Este procedimento seria "simplificado porque a Catalunha independente já terá acolhido todo o acervo europeu por estar integrada no reino de Espanha". No entanto, não seria só a Catalunha que ficaria a perder, mas também a própria Espanha. Alberto Saavedra, jurista especializado em questões de direito europeu, considera que "a alteração de estatuto da Catalunha também terá reflexos na própria Espanha enquanto membro da União Europeia. A Espanha em princípio terá de perder direitos de voto nas instituições europeias e a sua contribuição para o orçamento europeu poderá ser diferente".

LEGALIDADE DEMOCRÁTICA Há quem insista num referendo, porque isso permitiria um debate adequado e adicionaria um peso de legitimidade democrática às decisões tomadas. No entanto, a suposta vontade da população choca com o quadro constitucional, e o facto de a Constituição espanhola de 1978 ter sido aprovada em referendo pelos povos que hoje a contestam. Depois de analisar as vantagens da independência e resolvido o problema constitucional, é preciso centrar o debate na realização do referendo. A existência de debate é sempre positiva, no entanto numa questão como esta é necessário um instrumento jurídico forte com o intuito de saber para que lado pende a balança. Não é por não haver referendo que não há legalidade democrática, já que a Constituição emana da legalidade espanhola. Não é de estranhar que nessa disputa o ministro do Interior espanhol, Jorge Fernández Díaz, garanta que "a legalidade espanhola é por sua própria natureza democrática". Apesar de mais de 50% dos catalães serem a favor de uma consulta popular sobre a autonomia, não há qualquer fundamento no actual quadro legal que lhes garanta a realização do referendo. Mas também é verdade que mesmo as leis estão sujeitas às mudanças de opinião dos cidadãos.

No número 1 do artigo 145.º, a lei fundamental proíbe que qualquer região se torne independente